

O governo Fernando Collor acelera os trabalhos para fechar sua proposta de renegociação da dívida externa brasileira. Especialistas do Itamarati e do Ministério da Economia aprofundam as discussões



técnicas e políticas que permitam levar à decisão presidencial um conjunto de alternativas para orientar as conversações com banqueiros estrangeiros, agências multilaterais de crédito e instituições oficiais, como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Clube de Paris. A palavra de ordem é obter, lá fora, um nível de concessões compatível com a cota de sacrifícios imposta ao conjunto da sociedade, via programa de ajuste interno.

E aqui aparece, forçosamente, a cena já folclórica em que Vicente Feola, então técnico da Seleção Brasileira, orientava o ponta Garrincha sobre como driblar toda a defesa adversária, tocar pela lateral e cruzar exatamente para a cabeça de Vavá, que faria o gol. Na sua simplicidade, Garrincha apenas queria saber se Feola já havia combinado tudo com os beques adversários, tal a precisão com que o técnico descrevia todos os movimentos — dele e da equipe contrária — até o instante glorioso do gol.

Quando o Governo implantou seu programa de estabilização econômica, não teve que se preocupar em combinar nada com o adversário (no caso, todos os que acabaram ficando com cruzados congelados). Aqui dentro foi um ato de império. Vale dizer, a autoridade decidiu e a coletividade teve que acatar. Naturalmente, 35 milhões de votos e o compromisso de debelar a crise nacional serviram como credenciais. A maioria aprovou o plano governamental, apesar do gosto definitivamente amargo do redémio. O compromisso solene de que a

inflação sumiria e os recursos seriam devolvidos em até 18 meses, em meio a uma nova conjuntura de crescimento econômico, bastou para muitos. Uns poucos levaram isso e mais o jusspernandi.

No momento de fixar a estratégia definitiva para a renegociação da dívida externa nacional, vale a pena ter em mente que nossos interlocutores não estão obrigados a uma adesão compulsória aos termos da proposta brasileira. Por tudo o que Fernando Collor disse, em seu vitorioso giro internacional, antes da posse, não há por que temer o retrocesso a bravatas explícitas e improdutivas. De qualquer maneira, vale registrar o temor, porque nas diretrizes presidenciais também não constava mexer na caderneta de poupança, dentro da receita contra a hiperinflação.

A partir das novas realidades geopolíticas na Europa Oriental, as oportunidades de investimentos para os capitais disponíveis no mundo ampliaram-se sensivelmente. Os blocos econômicos que se vão formando (Estados Unidos, Canadá e México seria o mais próximo) igualmente obrigam a uma revisão profunda dos conceitos de relações econômicas, financeiras e comerciais, com a Europa de 1992 (ampliada pelo Leste, em embrião) ou a Ásia. As oportunidades de aplicações para mecanismos políticos de apoio, como o Fundo Nakasone, ficaram maiores. A firmeza dos negociadores brasileiros não deve ser confundida com intransigência. O tempo do isolamento passou, a idolatria da moratória selvagem perdeu appeal até para os antigos governos socialistas (exceção talvez a Cuba, por enquanto). Desde que a União Soviética formalizou seu interesse em entrar no Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), ficou patente que este mundo é realmente pequeno.

Devemos buscar o gol do desenvolvimento, sem inflação, em função de nossos méritos e de entrosamento com a equipe estrangeira. Na pancada não vai dar.